

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 18/16**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** comunica aos interessados que está procedendo ao **CHAMAMENTO PÚBLICO**, a partir de 23 de dezembro de 2016 à 30 de dezembro de 2016, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Candelária, das 7h 30min às 13h 30 min, para fins de **CREDENCIAMENTO** de empresas para prestação de serviços de Análises Clínicas no Município de Candelária, de acordo com a tabela SUS vigente, grupo 02 – Procedimentos com finalidade Diagnóstica, Sub-Grupo 02 – Diagnóstico em Laboratório Clínico (anexo III).

**1 - CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:**

As empresas interessadas em se credenciar para a prestação de Serviço de Análises Clínicas no Município de Candelária, de acordo com a Tabela SUS vigente (SIGTAP), Grupo 02 – Procedimentos com finalidade Diagnóstica, Sub-Grupo 02 – Diagnóstico em Laboratório Clínico (anexo I), conforme prévia autorização da Secretaria Municipal de Saúde através de formulário impresso assinado, bem como registro no Prontuário Eletrônico, deverão no prazo acima referido, apresentar junto à Prefeitura Municipal de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, , nº 1665, fundos, sala 08 nos horários de expediente, os documentos relacionados no item 2 deste Edital.

Os exames serão rateados de igual forma entre as empresas credenciadas e serão solicitados pelos médicos dos SUS e conveniados através de requisições em formulário próprio da Secretaria Municipal da Saúde/SUS e autorizados nas respectivas Unidades Básicas de Saúde do Município de Candelária.

**2 - DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO:**

- 2.1 Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro de suas finalidades, a prestação dos serviços de realização de vistorias em veículos de transporte escolar.
- 2.2 Cartão do CNPJ;
- 2.3 Certidão negativa de débito com o Município sede do estabelecimento;
- 2.4 Certidão negativa Estadual;
- 2.5 Certidão negativa Federal;
- 2.6 Certidão negativa de débito com o FGTS;
- 2.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).
- 2.8 Alvará de localização fornecido pelo Município da sede da pessoa jurídica;
- 2.9 Alvará de licença, expedido pela vigilância sanitária, segundo a legislação vigente;
- 2.10 Relação dos exames que se propõe a realizar (tabela SUS);

2.11 Atestado que informe a capacidade máxima de atendimento, total e quantitativo à disposição do SUS, bem como os horários dos profissionais à clientela SUS ;

2.12 Descrição dos recursos físicos, materiais e humanos do serviço a ser credenciado;

2.13 Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

2.14 Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

2.15 Declaração que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

2.1.1 Os documentos constantes dos itens 2.1 a 2.15, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião, por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial.

### **3 – DO PRAZO:**

O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia posterior à sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do CREDENCIADO, por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal.

### **4 - CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.1 Fica vedado aos Credenciados as seguintes atividades:

4.1.1 O trabalho nas dependências ou setores próprios do Município Credenciante;

4.1.2 O credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro funcional do Município;

4.1.3 O credenciamento de pessoas jurídicas constituídas como empresas individuais;

4.1.4 O Credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados, sob pena de descredenciamento.

4.2 Das obrigações do credenciado:

4.2.1 Os exames eletivos deverão ser realizados em até 15 dias a contar da autorização do exame emitido pela Unidade de Saúde. Os exames de urgência/emergência deverão ser realizados no dia da solicitação ou no próximo dia útil;

4.2.2 Exames agendados os quais o paciente não compareceu para realizar a coleta, deverão, após passados cinco dias do agendamento, serem obrigatoriamente cancelados pelo prestador no sistema do Prontuário Eletrônico;

4.2.3 Os resultados dos exames deverão ser entregues impressos ao paciente e também digitados no sistema informatizado da Secretaria da Saúde, no endereço eletrônico <https://saude.atende.net/>, com senha e login para cada prestador, fornecida pelo Departamento de Informática da Prefeitura, após a assinatura do contrato;

4.2.4 O credenciado deverá entregar até o 5º dia útil do mês subsequente o Boletim de Produção Ambulatorial Mensal na Secretaria Municipal da Saúde de Candelária para a realização de auditoria e conferência dos serviços;

a) Este boletim deverá conter um Relatório 1 no seguinte modelo:

CÓDIGO SIGTAP	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SIGTAP	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0202010015	CLEARANCEOSMOLAR	01	R\$ 3,51	R\$ 3,51
TOTAL GERAL				

b) Este boletim deverá conter um Relatório 2 no seguinte modelo:

SEQUENCIA	NOME DO PACIENTE	CÓDIGO DO EXAME	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

4.2.5 Juntamente com os boletins acima, deverá o credenciado realizar a entrega de todas as autorizações do Relatório 2 na mesma sequência definida no referido relatório;

4.3 Das obrigações do credenciante:

4.3.1 O departamento competente da Secretaria Municipal de Saúde definirá a Ficha de Programação Orçamentária de cada prestador conforme a capacidade física instalada, bem como a divisão per capita de cada UBS e que estarão disponíveis mensalmente no Prontuário Eletrônico.

## 5 – DO PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado à vista até o último dia útil do mês subsequente.

5.2 As despesas correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária: 07 01 2117 3339039 vinc. 040 e 4590.

## 6 – DO PESSOAL CREDENCIADO:

É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado, a utilização de pessoal para a execução dos respectivos serviços, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

## **7 – DOS RECURSOS:**

Das decisões do presente credenciamento caberá recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

## **8 – DAS PENALIDADES:**

O inadimplemento das obrigações assumidas sujeitará o credenciado às seguintes sanções:

8.1 Advertência, por escrito, sempre que forem constatadas irregularidades, inclusive processuais, que não impliquem prejuízo econômico para o Município.

8.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de dois anos, no caso de incidente que venha a causar dano ao erário municipal.

8.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos casos de prática de ato que resulte em prejuízo material para a Administração, e o credenciado, regularmente notificado, não proceder o seu ressarcimento.

8.3.1 A declaração de inidoneidade produzirá seus efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante à Administração Municipal, que será concedida após a indenização, pelo credenciado, dos prejuízos e após o decurso do prazo previsto no item 8.3 deste Edital.

## **9 – DA FISCALIZAÇÃO:**

9.1 O Município Credenciante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos Credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação da atividade, verificada em processo administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa.

9.2 A fiscalização do referido credenciamento ficará a cargo da Enfermeira Auditora Ana Cristina F. Priebe.

## **10 - DA RESCISÃO:**

10.1 A rescisão deste Credenciamento poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência do seu termo final;
- b) por solicitação do(a) CREDENCIADO(A)

- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.
- e) por desobediência a qualquer das normas fixadas neste termo.

## **11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

11.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará os participante do credenciamento para assinar o Termo de Credenciamento, sob pena de decair do direito à contratação.

11.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3 O credenciado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.4 O credenciado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**11.5 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.**

11.6 Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

Anexo I – Modelo Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Modelo declaração de cumprimento ao disposto no art. 9º da lei 8.666/93.

Anexo IV – Minuta do Termo de Credenciamento;

Anexo V – Tabela de Procedimentos;

11.7 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o site [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

11.8 Quaisquer informações decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08, ou pelos e-mails [licitacoes@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes@candelaria.rs.gov.br) e [licitacoes2@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes2@candelaria.rs.gov.br).

11.9 Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Candelária, 15 de dezembro de 2016.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

Este Edital de Inexigibilidade nº 18/16  
foi revisado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, e está de acordo com a legislação,  
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda  
da análise jurídica .

**TANAELA ELLWANGER MULLER**  
Sub-Procuradora do Município  
OAB-RS Nº 86.371  
95.508

**FRANCIÉLE SCHRODER**  
Assessora Jurídica  
OAB-RS

## ANEXO I

### MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

### MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....

(data)

.....

(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa ..... não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....  
(data)

.....  
(nome)



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 9º

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da  
.....(modalidade da licitação) nº .....que a  
empresa .....atende  
ao disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

## ANEXO IV

### TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ...../2016. (MINUTA)

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS NO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA.

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pereira Rego nº 1665, inscrito no CNPJ sob o nº 87568911/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a **EMPRESA** ....., inscrita no CNPJ nº ....., situada na ....., em ....., neste ato representada pelo SR. ...., doravante denominado **CREDENCIADO**, tem justo e acordado este Termo de Credenciamento, conforme Inexigibilidade 18/16 e de conformidade com a lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de análises clínicas no Município de Candelária, de acordo com a tabela SUS vigente, grupo 02 – Procedimentos com finalidade Diagnóstica, Sub-Grupo 02 – Diagnóstico em Laboratório Clínico.

**Parágrafo Único:** Os exames serão solicitados pelos médicos do SUS e conveniados através de requisições em formulário próprio da Secretaria Municipal da Saúde/SUS e autorizados nas respectivas Unidades Básicas de Saúde,

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:** O prazo do credenciamento será de 12 meses, a contar do primeiro dia posterior à sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do (a) CREDENCIADO (A), por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E DO PRAZO PARA PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado à vista até o último dia útil do mês subsequente.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária: 07 01 2117 3339039 040 e 4590.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO:**

- I – O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;
- II – O (a) CREDENCIADO(a) deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação para a sua celebração;

III – É de responsabilidade exclusiva e integral do (a) CREDENCIADO (a) a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatícios ou comerciais;

IV – É vedado:

- a) fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE.
- b) o credenciamento de servidor público do município ou contratado sob qualquer título;
- c) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes deste Termo.
- d) O Credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados, sob pena de descredenciamento;

V – São obrigações do credenciado:

- a) Os exames eletivos deverão ser realizados em até 15 dias a contar da autorização do exame emitido pela Unidade de Saúde. Os exames de urgência/emergência deverão ser realizados no dia da solicitação ou no próximo dia útil;
- b) 4.2.2 Exames agendados os quais o paciente não compareceu para realizar a coleta, deverão, após passados cinco dias do agendamento, serem obrigatoriamente cancelados pelo prestador no sistema do Prontuário Eletrônico;
- c) 4.2.3 Os resultados dos exames deverão ser entregues impressos ao paciente e também digitados no sistema informatizado da Secretaria da Saúde, no endereço eletrônico <https://saude.atende.net/>, com senha e login para cada prestador, fornecida pelo Departamento de Informática da Prefeitura, após a assinatura do contrato;
- d) 4.2.4 O credenciado deverá entregar até o 5º dia útil do mês subsequente o Boletim de Produção Ambulatorial Mensal na Secretaria Municipal da Saúde de Candelária para a realização de auditoria e conferência dos serviços;

- Este boletim deverá conter um Relatório 1 no seguinte modelo:

CÓDIGO SIGTAP	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SIGTAP	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0202010015	CLEARANCEOSMOLAR	01	R\$ 3,51	R\$ 3,51
TOTAL GERAL				

- Este boletim deverá conter um Relatório 2 no seguinte modelo:

SEQUENCIA	NOME DO PACIENTE	CÓDIGO DO EXAME	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

e) Juntamente com os boletins acima, deverá o credenciado realizar a entrega de todas as autorizações do Relatório 2 na mesma sequência definida no referido relatório;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:**

- a) O Município Credenciante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos Credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação da atividade, verificada em processo administrativo específico, com a garantia do contraditório e da ampla defesa.
- b) A fiscalização do referido credenciamento ficará a cargo da Enfermeira Auditora Ana Cristina F. Priebe.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:**

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência do seu termo final;
- b) por solicitação do(a) CREDENCIADO(A)
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.
- e) por desobediência a qualquer das normas fixadas neste termo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:**

Fica eleito o foro da Comarca sede do Município CREDENCIANTE para dirimir as dúvidas oriundas deste termo, quando não solvidas administrativamente.

E por estarem justos e acordados, assinaram o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

Candelária, ..... de 2016.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

Credenciada

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

ASS.:

NOME:

RG:

ASS.:

